

Vítimas da esquerda deverão ser indenizadas

Rolando de Freitas/AE - 27/6/1968

Pensão deve ser paga a famílias de pessoas mortas por guerrilheiros durante ditadura

EDSON LUIZ

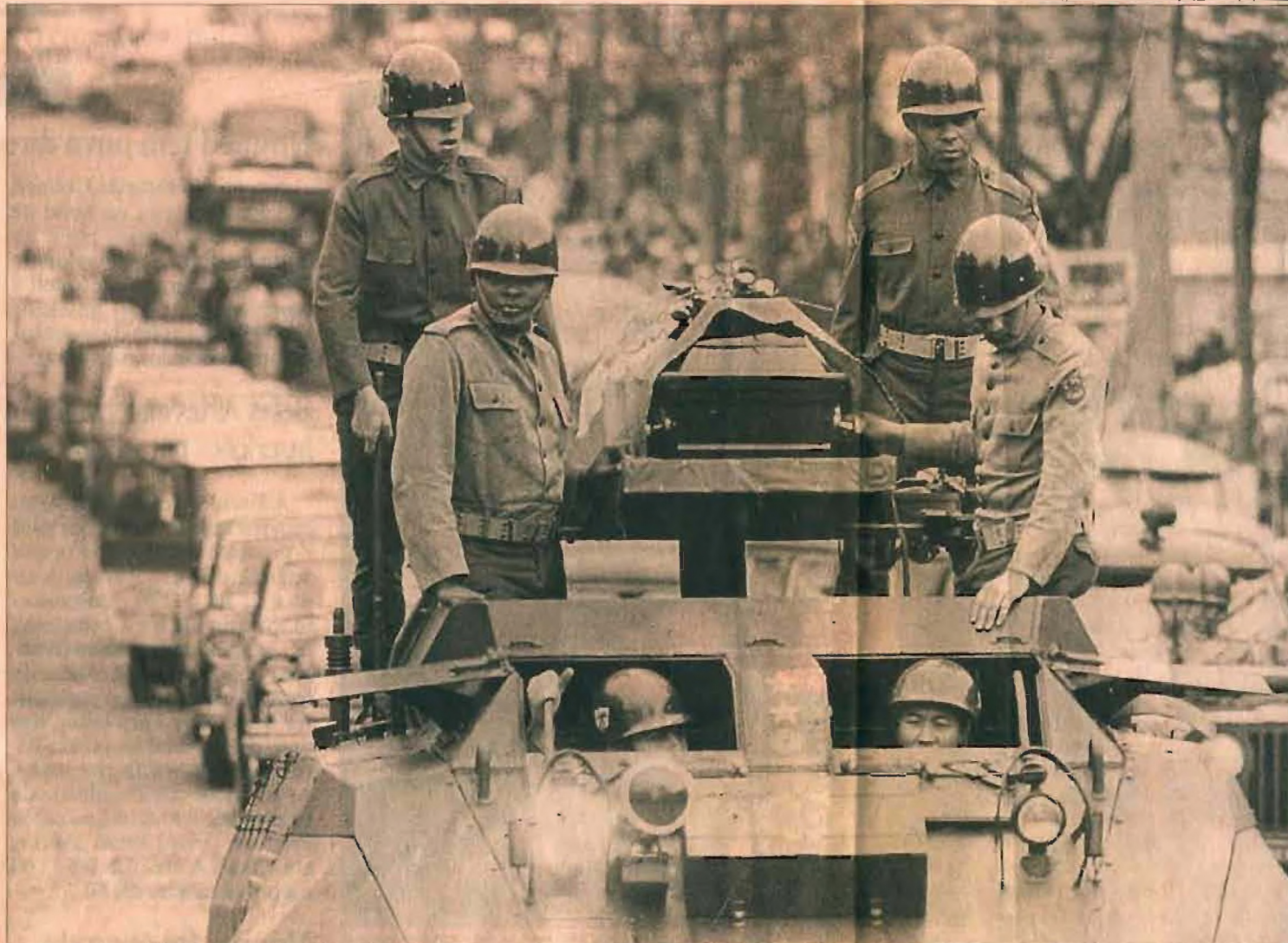
BRASÍLIA - Depois de 33 anos, o governo tenta reparar um erro: o reconhecimento das vítimas da esquerda no País. O presidente em exercício, Marco Maciel, encaminhou ao Congresso projeto que concede pensão especial a Mário e Terezinha Kozel, pais do soldado Mário Kozel Filho, morto num atentado da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no Quartel-Gen-eral do Exército em São Paulo, em junho de 1968. O fato não acabou só com a vida de um jovem de 18 anos, mas de duas pessoas que nada tinham a ver com a luta durante o regime.

"Eu sabia que alguma coisa iria acontecer com meu filho", recorda Mário Kozel, um aposentado de 78 anos, que mora em Santa Bárbara d'Oeste. "Ele estava servindo em Itaúna e foi chamado, para dois dias depois morrer. Mataram meu filho", diz Kozel.

O soldado era o segundo dos três filhos do casal e morreu sem saber por quê. "Ele não entendia de política, estava ainda no ginásio", diz o pai. Kozel Filho nem mesmo queria seguir a carreira militar e pretendia montar um negócio próprio, uma oficina mecânica.

O sonho durou até as primeiras horas de 26 de junho de 1968 e foi desfeito pelo ataque com um carro-bomba que atingiu a guarita onde ele estava como sentinela. O pai trabalhava quando recebeu o telefonema do Exército. "Eles avisaram que tinha ocorrido algo com meu filho", conta. "Tinha certeza que ele já estava morto."

Do Exército, Kozel Filho recebeu apenas as honras militares durante o enterro e a famí-



Enterro do soldado Mário Kozel Filho, morto num atentado ao Quartel-Gen-eral do Exército: irmão morreu de câncer logo depois

lia, uma pensão que durou apenas três meses. "Eles nos prometeram dar uma quantia até que meu filho caçula completasse 21 anos, mas isso não aconteceu", diz Kozel. Cid, o filho caçula ao qual se referia, não chegou aos 21 anos. Pouco após a morte do irmão, entrou em depressão e morreu de câncer.

A família vai receber pensão de R\$ 300, ao contrário de outros beneficiados, que receberão R\$ 500. Terezinha lamenta, mas não quer falar sobre o assunto. "Não há dinheiro que pague a vida de meu filho."

Além de Kozel, o governo

pretende reparar a morte da secretária Lyda Monteiro, num atentado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio, em 27 de agosto de 1980. O ato não foi admitido por nenhuma organização, mas há suspeita de ter sido arquitetado por extremistas de direita.

A família de frei Tito Alencar Lima, que se suicidou em Paris, depois de ser torturado em São Paulo, em 1979, também recebe-

rá pensão de R\$ 500, assim como o ex-piloto Orlando Lov-echio Filho, que perdeu uma perna num atentado ao consulado americano em São Paulo.

Até agora, o governo analisou 366 processos de parentes de desaparecidos políticos e concedeu indenização, que varia de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil, a 280 deles, entre os quais de Carlos Lamarca, José Campos Barreto e Carlos Marighella.

Mas já está no Palácio do Planalto projeto aumentando possibilidades de indenizações. "Serão reconhecidas como mortas as pessoas que tenham sido detidas por agentes públicos, em decorrência de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas que estejam desaparecidas sem que delas se tenha notícia", diz o projeto.

Durante a discussão da lei dos desaparecidos, a área militar questionou a idéia de indenizar Lamarca. Para o Exército, ele não passava de um traidor. O novo projeto pode provocar mais discussões.

MMORTOS
NÃO TINHAM
RELAÇÃO
COM A DIREITA